



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE SAPIRANGA EM 30.08.2016

Aos 30 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver, Maria Eneida Giordani e Lais Pagnoncelli Stammel, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004097-51.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Titular, Patrícia Helena Alves de Souza, pela Diretora de Secretaria, Lidia Schneider da Silva, e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos dos processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 10.07.1990

Data da última correição realizada: 12.08.2015

Data de Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Aricá, Campo Bom, Nova Hartz e Sapiranga

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 30.08.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

1.2 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Patrícia Helena Alves de Souza	Juíza Titular	Desde 18.04.2016
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	Juiz Substituto lotado	Desde 18.07.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga pertence à 63ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Desde 18 de julho de 2016, desde que instituída a modalidade de lotação plúrima em Sapiranga, o Juiz do Trabalho Substituto Carlos Ernesto Maranhão Busatto está lotado na 63ª Circunscrição – 1ª, 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Sapiranga. Está desconvocado pela



Corregedoria desde 28 de março de 2016 para proferir sentenças de outros Magistrados.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Cleiner Luiz Cardoso Palezi	13.08.2012 a 28.02.2016	Juiz Titular	03 anos, 06 meses e 16 dias
2	Patrícia Helena Alves de Souza	Desde 18.04.2016	Juíza Titular	04 meses e 13 dias
3	Carlos Ernesto Maranhão Busatto	Desde 18.07.2016	Juiz Substituto Lotado	01 mês e 13 dias
		09.02 a 10.03.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	30 dias
		11.03.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	01 dia
		12.03 a 14.07.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	04 meses e 03 dias
		16.07.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	01 dia
		17.08 a 23.08.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		08.09 a 13.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	06 dias
		26.10 a 02.11.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	08 dias
		29.02 a 27.03.2016	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	28 dias
4	Charles Lopes Kuhn (Juiz do Trabalho Substituto)	17.09 a 20.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	04 dias
		05.10 a 12.10.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	08 dias
5	Marina dos Santos Ribeiro (Juíza do Trabalho Substituta)	14.03 a 20.03.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
6	Gustavo Pusch (Juiz do Trabalho Substituto)	28.03 a 10.04.2016	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	14 dias
7	Felipe Jakobson Lerrer (Juiz do Trabalho Substituto)	11.04 a 17.04.2016	Atuou em razão da titularidade da Unidade Judiciária encontrar-se vaga	07 dias
8	Adriana Ledur (Juíza do Trabalho Substituta)	13.04 a 17.04.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	05 dias



9	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo (Juíza do Trabalho Substituta)	18.04 a 24.04.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		09.05 a 15.05.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
10	Adriana Freires (Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Saporanga)	18.07 a 11.08.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	25 dias
		14.08 a 16.08.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	03 dias
11	Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)	18.07 a 16.08.2016	Atuou em razão do Juiz Substituto lotado estar desconvocado pela Corregedoria para proferir decisão em processos de outros Magistrados	30 dias
		17.08 a 18.09.2016	Atuou em razão do Juiz Substituto lotado estar desconvocado pela Corregedoria para proferir decisão em processos de outros Magistrados	1 mês e 03 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Cleiner Luiz Cardoso Palezi	Férias	09.02 a 10.03.2015	30 dias
		Férias	16.07 a 14.08.2015	30 dias
Titular	Patrícia Helena Alves de Souza	Férias	18.07 a 16.08.2016	30 dias
Substituto lotado	Carlos Ernesto Maranhão Busatto *Somente considerados os afastamentos após instituído o regime de lotação plúrima	Desconvocado pela Corregedoria para proferir sentenças de outros Magistrados.	18.07 a 12.09.2016	57 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2016)

2. SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na 1ª Vara do Trabalho de Saporanga



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Lidia Schneider da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	20.04.2016
2	Leonardo Zimmer Saldanha	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	26.04.2016
-	Bruno Luis Bressiani Martins	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	10.03.2014
3	Tarcisio Parizotto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	03.11.2015
4	Jorget Tanous	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	15.09.2014
5	Antonia Fabiana Gomes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	01.02.2016
6	Edu Afonso de Quadros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	28.10.1993
7	Robinson Santos Godoi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	14.11.2005
8	Adriana Torres de Sa Resende	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	16.12.2015
9	Anelisa Maristela Althaus	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	17.03.2014
10	Leonardo Freire Ledur	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	27.06.2016
11	Rodrigo Diefenthaler	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	17.08.2009

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.08.2016)

Previsão de saída do servidor Leonardo Freire Ledur para lotação na Secretaria da Corregedoria. Previsão de entrada da servidora Carmen Rita de Lima Blanco (atualmente lotada na 02ª VT de Lajeado).

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.399,33 processos	1.001 a 1.500	11 servidores	11 a 12 servidores



A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Lidia Schneider da Silva *Desde 20.04.2016	Doença em Pessoa da Família (LPF)	03	04
	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	01	
Leonardo Zimmer Saldanha *Desde 26.04.2016	-	-	-
Bruno Luis Bressiani Martins	-	-	-
Tarcisio Parizotto *Desde 03.11.2015	-	-	-
Jorget Tanous	Curso ou Evento (CURS)	02	09
	Dispensa Médica (DM)	06	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Antonia Fabiana Gomes *Desde 01.02.2016	Curso ou Evento (CURS)	02	24
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	02	
	Prazo para deslocamento (PD)	20	
Edu Afonso de Quadros	-	-	-
Robinson Santos Godoi	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	02	02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Adriana Torres de Sa Resende *Desde 16.12.2015	Curso ou Evento (CURS)	05	07
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	02	
Anelisa Maristela Althaus	-	-	-
Leonardo Freire Ledur *Desde 27.06.2016	Prazo para deslocamento (PD)	03	03
Rodrigo Diefenthaeler	Curso ou Evento (CURS)	02	02

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.08.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Não houve adesão ao movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Luciane Buosi Benides *	09.03.2015	28.07.2015	04 meses e 20 dias	Lotação na 2ª VT de Esteio - Assistente de Juiz Titular (FC05)
2	Barbara de Oliveira Frank **	31.08.2012	10.11.2015	03 anos, 02 meses e 10 dias	Lotação na 20ª VT de Porto Alegre - Diretora da Secretaria CJ3
3	Monica Peruchi***	23.11.2011	18.01.2016	04 anos, 01 mês e 26 dias	Lotação na 20ª VT de Porto Alegre - Assistente Diretor de Secretaria (FC04)
4	Giselle Belloc Valente****	05.12.2012	19.04.2016	03 anos, 04 meses e 15 dias	Lotação na 1ª VT de São Leopoldo -
5	Leticia Nunes de Albuquerque	05.11.2014	10.05.2016	01 ano, 06 meses e 06 dias	Lotação na 1ª VT de sapucaia do Sul - Secretária de Audiência (FC03)



6	Ana Cristina da Rosa	19.08.2013	26.06.2016	02 anos, 10 meses e 08 dias	Removida para outro Regional por permuta
---	----------------------	------------	------------	-----------------------------	--

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.08.2016)

* A servidora já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

** A servidora já ocupava a função de Diretora de Secretaria (CJ3) na Vara do Trabalho correccionada.

*** A servidora já ocupava a função de Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) na Vara do Trabalho correccionada.

**** A servidora já ocupava a função de Diretora de Secretaria (CJ3) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Elizandra de Oliveira	Superior em Direito	03.08.2015 a 02.02.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.08.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL*

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada – 01ªa Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga – 01ª Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.682	1.379	-18,01%	1.313	-4,79%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	203	196	-3,45%	105	-46,43%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.856	1.966	5,93%	1.683	-14,39%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	54	57	5,56%	38	-33,33%
Total	3.795	3.598	-5,19%	3.139	-12,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados



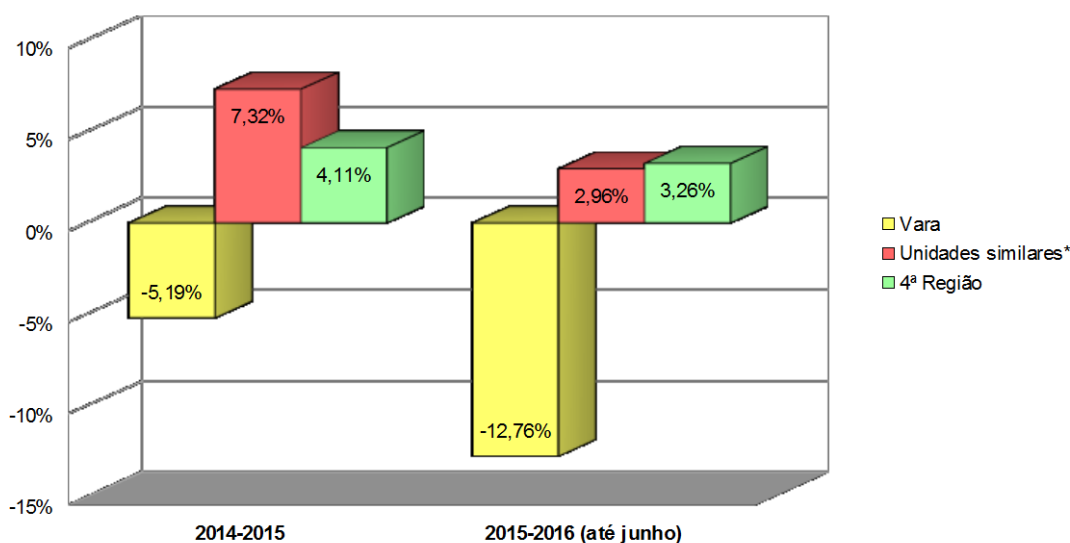
definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve redução de 5,19% de processos tramitando na Unidade Judiciária (197 processos). O conhecimento foi a fase que mais contribuiu para esse resultado, pela redução de 303 processos no ano de 2015.

A variação do acervo de processos na 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga, em 2015, ocorreu em direção oposta ao que ocorreu nas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e em toda 4ª Região, em que houve majoração no acervo de processos em tramitação no período. O mesmo resultado se repetiu no primeiro semestre de 2016, tendo a unidade apresentado expressivo decréscimo no número de processos em tramitação (12,76%) e as varas de porte semelhante e o TRT como um todo elevação de 2,96% e 3,26%, respectivamente.

Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.509	1.282	-15,04%	568	-55,69%
Sentenças anuladas/reformadas	2	3	50,00%	2	-33,33%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.249	1.233	-1,28%	530	-57,02%
Processos pendentes de solução	683	731	7,03%	772	5,61%

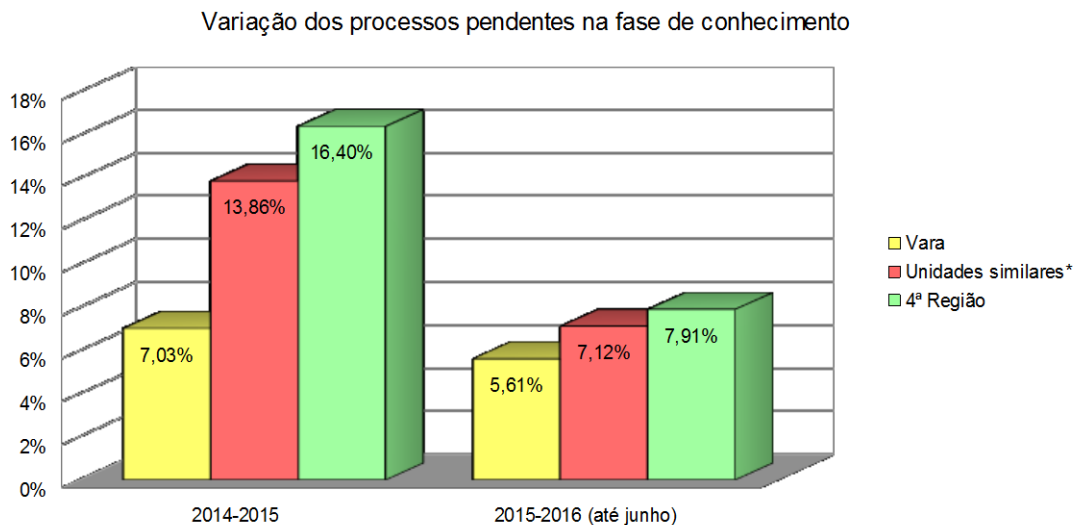


(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 7,03% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 683 para 731 processos). Referido aumento foi inferior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seus processos pendentes) e à média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o crescimento do estoque na Unidade foi o aumento de 40,25% dos processos pendentes do período anterior: 487, em 07.01.2014, e 683, em 07.01.2015.

Outrossim, os dados dos seis primeiros meses de 2016 apontam aumento de 5,61% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi inferior tanto à média das unidades com tramitação processual similar (7,12%), quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (7,91%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (66,89%). Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	212	229	8,02%	132	-42,36%
Aguardando encerramento da instrução	469	489	4,26%	566	15,75%



Aguardando prolação de sentença – no prazo	2	7	250,00%	71	914,29%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	0	6	-	3	-50,00%
TOTAL	683	731	7,03%	772	5,61%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 01ª Vara	82,77%	96,18%	16,20%	93,31%	-2,98%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	90,76%	1,45%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 96,18% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 16,2% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 6,71 e 7,07 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 01ª Vara	62,58%	62,75%	0,28%	40,80%	-34,98%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	39,24%	-28,49%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi de 62,75% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 0,28% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 7,87 pontos percentuais e à média de toda a 4ª Região em 7,54 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados



Processos solucionados							
Tipo de solução	2014		2015		2016 30.06)		
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Com exame de mérito	Conciliação	714	57,17	728	59,04	292	55,09
	Julgado procedente	70	5,6	31	2,51	9	1,7
	Julgado procedente em parte	267	21,38	262	21,25	134	25,28
	Julgado improcedente	63	5,04	80	6,49	29	5,47
	Extinto	1	0,08	1	0,08	1	0,19
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.115	89,27	1.102	89,38	465	87,74
Sem exame de mérito	Extinto	17	1,36	25	2,03	9	1,7
	Arquivamento (art. 844 CLT)	81	6,49	62	5,03	31	5,85
	Desistência	29	2,32	38	3,08	17	3,21
	Outras decisões	7	0,56	6	0,49	8	1,51
	SUBTOTAL	134	10,73	131	10,62	65	12,26
TOTAL	1.249	100	1.233	100	530	100	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

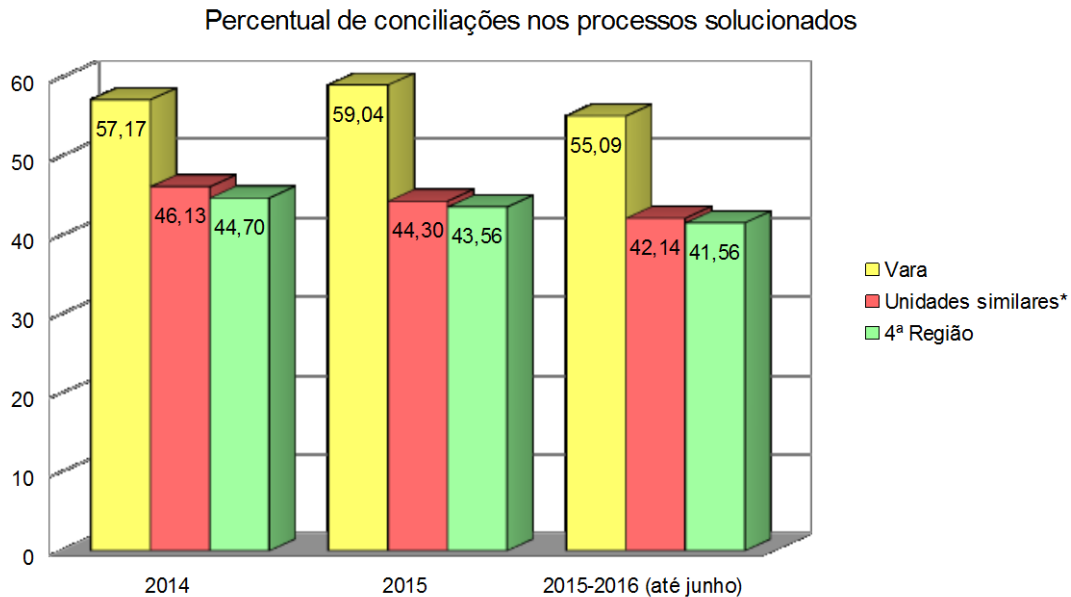
Verificou-se diminuição de 16 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 1,28%. Essa queda ocorreu em direção oposta ao desempenho das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, as quais registraram uma elevação 6,84% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014, bem como de todo o regional que, em 2015, apresentou aumento de 8,19% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior.

Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 401 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de 374 decisões, representando uma redução de 6,73%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que avançou 8,33%, bem como à média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que subiu 7,56% no período.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra aumento processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 714, representando 57,17% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 728, correspondendo a 59,04% das soluções na fase de conhecimento – índice superior à média das unidades similares à correccionada, que foi de 44,30%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue.



Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 55,09%, resultado acima da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme gráfico que segue:



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Iniciadas	299	306	2,34%	100	-67,32%
Encerradas	209	305	45,93%	177	-41,97%
Pendentes	197	185	-6,09%	94	-49,19%
Arquivo Provisório	2	2	0,00%	3	50,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 197, em 2014, para 185, em 2015, importando em uma queda de 6,09%. Esse percentual foi mais positivo que à média das demais unidades com tramitação processual similar e que o índice de toda a primeira instância da 4ª Região, que apresentaram elevações de 10,05% e 5,88% em seus estoques processuais, respectivamente. Um dos principais motivos para essa queda foi o aumento de 45,93% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre esses dois períodos.



Nos seis primeiros meses de 2016, houve redução de 91 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 (queda de 49,19%), resultado que sinaliza uma melhora significativa nos números da Unidade no ano corrente. Sinale-se, aliás, que, na comparação com os índices apresentados pelas Unidades similares e pela média total do TRT da 4ª Região, respectivamente de aumento de 0,36% e redução de 1,32% no estoque, o desempenho da Unidade supera aqueles em mais de 40 pontos percentuais:

Variação dos processos pendentes - liquidação		
	2014-2015	2015-2016
Sapiranga – 01ª Vara	-6,09%	-49,19%
Unidades similares*	10,05%	0,36%
TRT4 - 1ª Instância	5,88%	-1,32%

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 01ª Vara	69,90%	99,67%	42,59%	177,00%	77,58%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	88,74%	-0,76%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 99,67% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 42,59% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 10,26 e 11,24 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 01ª Vara	51,60%	60,64%	17,50%	62,11%	2,42%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	40,52%	-26,64%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]



Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 1ª Vara do Trabalho de Sapiiranga, em 2015, foi de 60,64% do número total de liquidações a encerrar – resultado 17,5% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e a média geral do TRT4 – em 5,41 e 6,32 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	311	401	28,94%	234	-41,65%
	Desarquivadas para prosseguimento	681	158	-76,80%	4	-97,47%
Saídas	Encerradas	216	282	30,56%	491	74,11%
	Arquivadas Provisoriamente	79	96	21,52%	50	-47,92%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	10	5	-50,00%	9	80,00%
	Demais	1.007	1.124	11,62%	795	-29,27%
	Total	1.017	1.129	11,01%	804	-28,79%
Saldo no arquivo Provisório		1.062	1.003	-5,56%	1.049	4,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 1ª Vara do Trabalho de Sapiiranga subiu de 1.017 para 1.129 processos, o que corresponde a uma elevação de 11,01% em relação ao ano anterior. Esse índice vai ao encontro da tendência de aumento apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou elevação de 0,72% em seu acervo médio (ainda que em nível bem inferior ao da unidade correccionada).

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a junho de 2016 apontam queda de 28,79% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado melhor que a média regional no mesmo período, que recuou apenas 1,33%, o que sinaliza um maior esforço da Unidade em reduzir seu estoque de processos na fase de execução.

3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 01ª Vara	69,45%	70,32%	1,25%	209,83%	198,37%
Unidades similares*	98,23%	88,75%	-9,65%	80,47%	-9,32%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 70,32% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma majoração de 1,25% em relação ao índice do ano anterior. No entanto, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 18,42 e 9,71 pontos percentuais, respectivamente.

Já no primeiro semestre de 2016, os dados revelam que o resultado obtido pela Unidade ultrapassou a média alcançada pelas Unidades similares (queda de 9,32%) e por todo o TRT da 4ª Região (recoo de 11,05%), representando aumento de 198,37% na comparação com o ano de 2015.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 01ª Vara	7,63%	11,37%	48,98%	20,75%	82,50%
Unidades similares*	15,10%	15,79%	4,58%	9,23%	-41,51%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga em 2015 foi de 11,37% do número total de execuções a encerrar – resultado 48,98% maior que o verificado no ano anterior. Entretanto, esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 4,42 e 4,01 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	218	353	61,93%	262	-25,78%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-



Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	2.128	2.275	6,91%	2.094	-7,96%
--	-------	-------	-------	-------	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.06.2016. Dessa consulta, **não resultaram processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 30.06)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	137	138	11	83	86	6	26	14	15
Antecipações de tutela	164	112	17	64	62	27	52	40	20
Impugnações à sentença de liquidação	2	3	4	2	8	0	6	4	3
Embargos à execução	25	38	22	33	22	33	41	46	28
Embargos à arrematação	1	3	1	2	0	3	0	1	2
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	6	8	5	1	2	4	1	1	4



TOTAL	335	302	60	185	180	73	126	106	72
--------------	------------	------------	-----------	------------	------------	-----------	------------	------------	-----------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 185 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 44,78% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 40,4% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 302 para 180; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão subiu de 60, em 31.12.2014, para 73 processos, em 31.12.2015. Destaca-se, por fim, que, no primeiro semestre de 2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 72 processos, saldo 1,37% inferior ao do final de 2015; os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte (38,89%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo nº 0020244-43.2015.5.04.0371
Situação processual: Em 10/02/2016 foram opostos Embargos Declaratórios pela reclamada, que não foram recebidos por intempestivos. Entretanto, a decisão foi proferida mediante simples despacho. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (não conhecidos os embargos de declaração), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
2	Processo nº 0020079-59.2016.5.04.0371
Situação processual: Em 28/01/2016 foi formulado Antecipação de Tutela , que foi apreciado e deferido na mesma data. Entretanto, a decisão foi proferida mediante simples despacho. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (concedida antecipação de tutela), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
3	Processo nº 0117500-98.2006.5.04.0371
Situação processual: Foi protocolada petição de Embargos à Execução em 07/12/2015, que foi apreciada em 15/01/2016. Todavia, os embargos foram recebidos como Embargos de Terceiro, permanecendo sem solução o incidente. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
4	Processo nº 0054400-77.2003.5.04.0371
Situação processual: Em 03/08/2015 foram opostos Embargos à Arrematação , que não foram recebidos em decisão proferida em 28/09/2015. Entretanto, tal decisão foi proferida mediante simples despacho. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (Extinto sem resolução de mérito o incidente), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
5	Processo nº 0121300-71.2005.5.04.0371



Situação processual: Em 11/12/2015 apresentada **Exceção de Pré-Executividade** pela reclamada BV Financeira, tal petição foi analisada e deferido o postulado (exclusão da referida reclamada do polo passivo), em 05/02/2016. Entretanto, a decisão foi proferida mediante simples despacho. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 16.08.2016)

Ainda, mediante tal verificação, foram também identificados os seguintes processos com a mesma pendência de antecipações de tutela no sistema E-Gestão, em razão de inadequada solução no sistema PJe:

Processos		
0020079-59.2016.5.04.0371	0020118-56.2016.5.04.0371	0020142-84.2016.5.04.0371
0020189-58.2016.5.04.0371	0020295-70.2015.5.4.0301	0020353-23.2016.5.4.0371
0021137-34.2015.5.4.0371	0020456-30.2016.5.4.0371	0020459-82.2016.5.4.0371
0020554-15.2016.5.4.0371	0020555-97.2016.5.4.0371	0020561-41.2015.5.4.0371
0020621-14.2015.5.4.0371	0020691-94.2016.5.4.0371	0020698-23.2015.5.4.0371
0020721-32.2016.5.4.0371	0020733-46.2016.5.4.0371	0020794-38.2015.5.4.0371
0020975-39.2015.5.4.0371		

* Para registro da decisão de antecipação de tutela no PJe, deve ser encaminhado o processo para decisão do tipo "Antecipação de Tutela" registrando-se, posteriormente, o tipo de decisão oferecida (concedida, concedida em parte, não concedida ou prejudicado o incidente). Esse andamento deverá ser registrado, inclusive, junto com a sentença, caso somente esta decida a antecipação de tutela.

Caso tenha sido proferida a sentença e o processo já esteja na fase de liquidação, o procedimento acima não estará mais disponível. Dessa forma, há duas formas de retirar a pendência desse tipo de incidente:

1) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada junto com a petição inicial (ou seja, no cadastramento foi assinalado pelo advogado ou pelo servidor que revisou o cadastramento que há pedido de antecipação de tutela) pode ser retificada a autuação e desmarcado o campo "antecipação de tutela".

2) Caso a antecipação de tutela tenha sido apresentada como pedido em uma petição à parte, deve ser feita uma conclusão para julgamento, prejudicado o incidente informando do tipo antecipação de tutela.

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

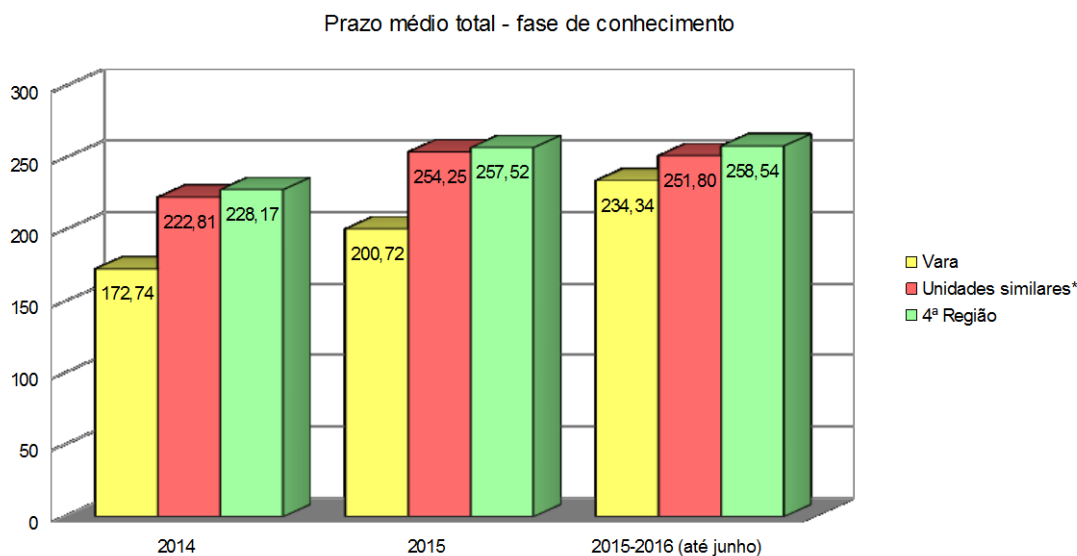


Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	130,83	74,69	-42,91%	103,05	37,97%
	Média Ordinário	174,32	205,76	18,04%	240,10	16,69%
	Média Geral	172,74	200,72	16,20%	234,34	16,75%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga apresentou uma elevação de 16,2%, passando de 172,74 para 200,72 dias; no rito sumaríssimo, contudo, o prazo médio registrou queda de 42,91% em relação à média do ano anterior, passando de 130,83 para 74,69 dias. O rito ordinário registrou um prazo médio de 205,76 dias, 18,04% mais moroso na comparação com 2014. Registre-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e junho de 2016 apontam uma elevação de 16,75% no prazo médio geral de tramitação na fase de conhecimento.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 21,05% mais célere (53,53 dias menor) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 22,06% mais célere (56,8 dias menor) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando as diferenças verificadas no ano de 2014. Outrossim, os dados dos primeiros seis meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 6,93% mais curto (17,46 dias) que as demais Unidades Similares e 9,36% mais curto (24,2 dias) que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

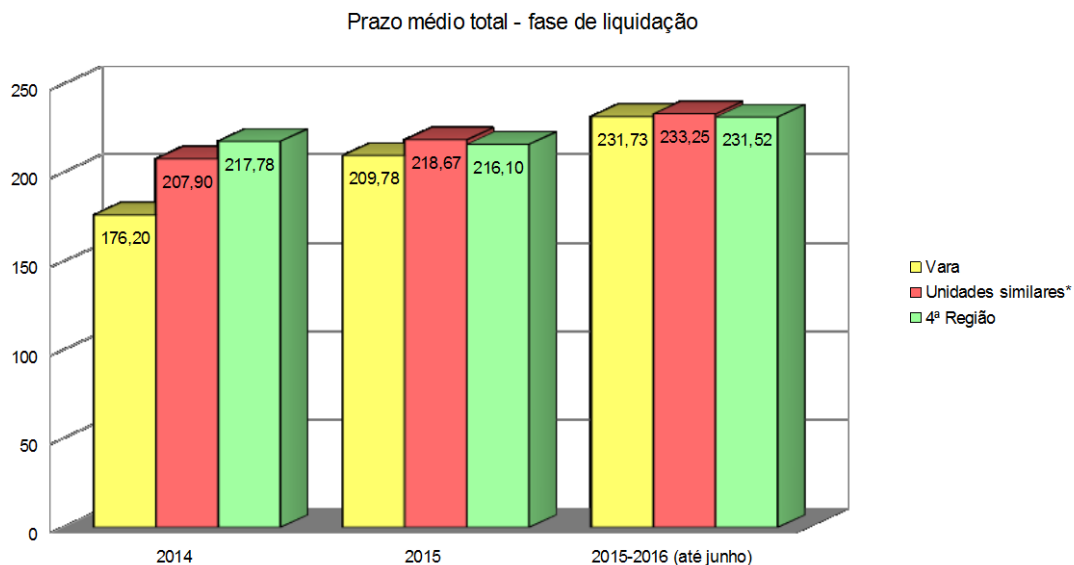


Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	146,5	98	-33,11%	159	62,24%
	Média Ordinário	177,14	213,98	20,80%	233,13	8,95%
	Média Geral	176,2	209,78	19,06%	231,73	10,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 98 dias, o que equivale a uma redução de 33,11% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 213,98 dias, 20,8% mais moroso na comparação com 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a junho, apontam uma tendência de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto em relação ao rito ordinário.

Apesar da elevação registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 4,07% mais célere (8,89 dias menor) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 2,92% menor (6,32 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Todavia, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 0,65% mais curto (1,52 dias) que as demais Unidades Similares e praticamente idêntico ao prazo médio de toda a 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.





4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	374,98	576,66	53,79%	1.684,93	192,19%
	Média Ente público	753,11	404,25	-46,32%	213,00	-47,31%
	Média Geral	393,37	573,77	45,86%	1.671,94	191,39%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 374,98 dias, em 2014, para 576,66 dias, em 2015. Entre janeiro e junho de 2016, da mesma forma, a média aumentou para 1.684,93 dias, prazo 192,19% maior que o do período anterior.

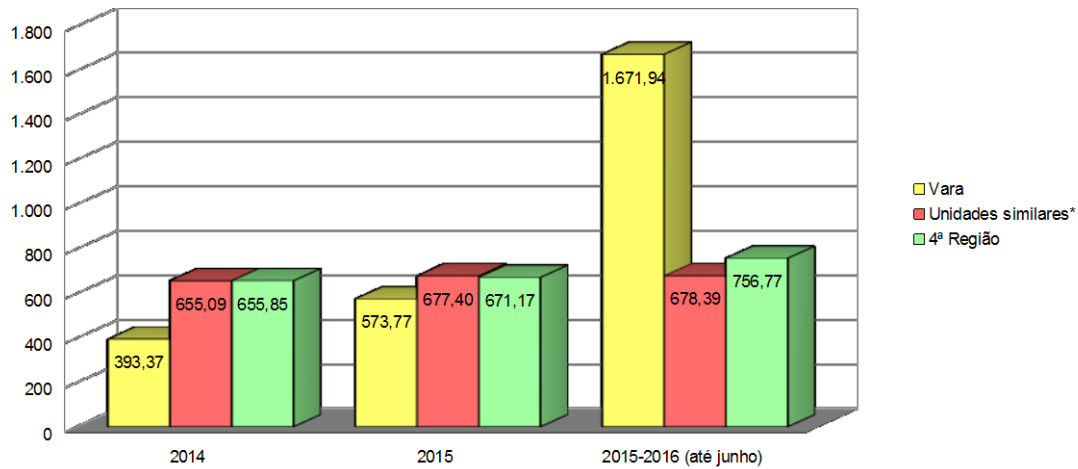
Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 753,11 dias, em 2014, para 404,25, em 2015. Nos primeiros seis meses de 2016, o lapso de tramitação recuou para 213 dias, o que equivale a redução 47,31% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi 15,3% mais célere (103,62 dias menor) que o prazo médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015 e 14,51% mais célere (97,39 dias menor) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que nos seis primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 146,46% maior (993,54 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 120,93% maior (915,16 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.282	1.233	96,18%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
485	476	98,14%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
398	365	91,71%	Meta não cumprida



* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
3	3	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	19	16
Estado do Rio Grande do Sul	8	6
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	4	1
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	5	2
União	1	1
OI S.A.	1	2
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	3	0
Caixa Econômica Federal - CEF	1	4
Banco do Brasil S.A.	0	0
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
42	32	-23,81%	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	172,74	200,72	171,01	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	1094	714	904	728	914	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2016	Solucionados até 30/06/2016	%	Resultado parcial (até 30.06)
568	530	93,31%	Indicativo de não cumprimento de meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.06	%	Resultado parcial (até 30.06)
676	629	93,05	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ



	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 30.06)
Total de acordos	1094	714	904	292	923	Indicativo de não cumprimento da meta
Média mensal de acordos	91,17	59,5	75,33	48,67	76,92	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 30.06)
234	515	220,09%	Indicativo de cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 30.06.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	16	17
União	1	1
Estado do Rio Grande do Sul	6	4
Caixa Econômica Federal - CEF	4	3
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	2	5
OI S.A.	2	2



Banco do Estado do Rio Grande do Sul	2	0
Claro S.A.	0	1
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1	0

Total em 2015	Total em 2016 (até 30.06)	Percentual atingido	Resultado
34	33	-2,94%	Indicativo de cumprimento da meta

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas à quintas-feiras. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	7-8 (I) 1 (U) 4-5 (P)	7-8 (I) 1 (U) 4-5 (P)	7-8 (I) 1 (U) 4-5 (P)	7-8 (I) 1 (U) 4-5 (P)	-
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.08.2016)

J2*	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	7-8 (I) 1 (U) 4-5 (P)	7-8 (I) 1 (U) 4-5 (P)	7-8 (I) 1 (U) 4-5 (P)-	7-8 (I) 1 (U) 4-5 (P)	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.08.2016)

*A cada três semanas o J2 faz a pauta acima discriminada, ou seja, a cada semana faz pauta em uma Vara – 1ª, 2ª e 3ªVT

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

O J2 realiza sessões a cada três semanas, pois atua nas 3 Varas do Trabalho de Sapiroanga.

As CPIs são incluídas nos horários pautados para audiências unas de rito sumaríssimo. Há poucas ações ajuizadas pelo rito sumaríssimo.

Eventualmente há pautas às sextas-feiras.



6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	09.11.2016	25.10.2016	04.11.2016	25.10.2016*
Una Sumaríssimo	15.09.2016	25.10.2016	Entre 3 e 4 semanas**	
Instrução	27.04.2017	05.06.2017	21.03.2017	06.02.2017

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.08.2016)

Os processos distribuídos pelo rito sumaríssimo são incluídos em pauta próxima o suficiente para permitir o retorno dos comprovantes de entrega pelo correio.

6.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	57,92	59,51	2,73%	60,76	2,11%
	Média Ordinário	76,54	61,54	-19,60%	76,82	24,83%
	Média Geral	75,96	61,46	-19,09%	76,08	23,78%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo aumentou de 57,92 dias, em 2014, para 59,51 dias, em 2015 (de 2,73%). Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 76,54 dias, em 2014, para 61,54 dias, em 2015 (queda de 19,6%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a junho, apontam elevação de 2,11% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 24,83% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constata-se que o prazo médio das audiências iniciais é inferior ao apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO



Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	10,08	8,68	-13,94%	34,83	301,29%
	Média Ordinário	132,33	119,21	-9,91%	179,80	50,82%
	Média Geral	128,05	114,52	-10,57%	173,82	51,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessárias, tiveram o prazo reduzido de 10,08 dias, em 2014, para 8,68 dias, em 2015 (13,94%). Também o rito ordinário registrou redução da média de 132,33 dias, em 2014, para 119,21 dias, em 2015 (9,91%).

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constata-se que o prazo médio das audiências de prosseguimento confirma o apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	321	184	13	1	519
Charles Lopes Kuhn	21	11	6	0	38
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	771	420	28	10	1.229
Juiz Não Informado	3	0	0	0	3
TOTAL	1.116	615	47	11	1.789

Juiz (a)	2016 (até 30.06)				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adriana Ledur	18	10	0	0	28
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	93	43	11	0	147
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	46	28	0	0	74
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	94	23	4	0	121
Felipe Jakobson Lerrer	25	15	2	0	42
Gustavo Pusch	26	17	0	0	43
Marina dos Santos Ribeiro	25	12	0	0	37
Patrícia Helena Alves De Souza	312	175	18	13	518



TOTAL	639	323	35	13	1.010
--------------	------------	------------	-----------	-----------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	205	123	0	328	32	360
Charles Lopes Kuhn	13	6	0	19	-	19
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	508	241	1	750	99	849
Mauricio Joel Zanotelli	-	2	0	2	-	2
Juiz não informado	2	1	0	3	-	3
TOTAL	728	373	1	1.102	131	1.233

2016 (até 30.06)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Ledur	2	7	0	9	-	9
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	48	42	1	91	6	97
Charles Lopes Kuhn	-	1	0	1	-	1
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	25	7	0	32	2	34
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	25	25	0	50	14	64
Felipe Jakobson Lerrer	10	4	0	14	2	16



Gustavo Pusch	14	7	0	21	6	27
Marina dos Santos Ribeiro	18	5	0	23	-	23
Patrícia Helena Alves de Souza	150	74	0	224	35	259
TOTAL	292	172	1	465	65	530

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juiz Carlos Ernesto Maranhão Busatto	Processos de Cognição	01
Juíza Patrícia Helena Alves De Souza	Processos de Cognição	18
Total: 19 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 26.08.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 11.07.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

Nos processos físicos, notificações e ofícios são expedidos em até 48 horas após o despacho, pelo servidor que redigiu a minuta, à exceção de ofícios mais elaborados, os quais são expedidos em no máximo 5 dias por um servidor que deles se ocupa.

No PJe as notificações e ofícios são expedidos por um servidor específico, em 3-4 dias após a assinatura do despacho. A Vara tem adotado a expedição de despachos com força de ofício, o que agiliza o trabalho. Os despachos urgentes são cumpridos imediatamente após a assinatura.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

Mandados, autorizações judiciais, precatórios e RPVs são expedidos entre 5 e 10 dias após a assinatura do despacho.

Há poucos precatórios e RPVs na unidade.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos diariamente.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO



São protocoladas, na Unidade, entre 30 e 40 petições por dia, nos processos físicos, e entre 60 e 80, no PJE. Em ambos os casos, são despachadas em até 48 horas, em média.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da inspeção a unidade estava certificando o prazo de 25.08.2016 nos processos físicos, em observância à possibilidade de protocolo postal.

Nos processos eletrônicos, a certificação de prazo ocorre de duas maneiras: o prazo vencido gerado pelo próprio sistema é certificado em 48 horas após o vencimento; o prazo gerado de forma manual pela unidade - e separado em pastas correspondentes às semanas de cada mês – é certificado na semana seguinte a do seu vencimento.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Ocorre remessa de autos ao TRT duas vezes por semana.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios. A servidora que passará a ser a segunda assistente do Juiz Titular está sendo treinada para assumir tal encargo, desonerando a secretaria.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

A unidade faz arquivamentos todas as semanas.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade possui várias execuções reunidas, prática adotada há algum tempo. A atual Diretora, desde que assumiu a função, reuniu três execuções, sendo duas no PJE.

Desde que a atual Juíza Titular assumiu a unidade, a reunião de execuções implica colocar todos os reclamantes no polo ativo do processo principal, incluir as contas individualizadas no processo principal e encerrar a execução arquivando sem dívida os processos reunidos.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

Os devedores são incluídos no cadastro do BNDT após resultado negativo do convênio BacenJud. São retirados do cadastro após o despacho que faz a revisão final antes do arquivamento.

7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

Processo	Prazo
----------	-------



1	0000669-88.2011.5.04.0371	13.05.2016
2	0000065-25.2014.5.04.0371	13.05.2016
3	0000061-27.2010.5.04.0371	11.07.2016
4	0000346-78.2014.5.04.0371	20.07.2016
5	0000024-24.2015.5.04.0371	08.08.2016
6	0000794-85.2013.5.04.0371	08.08.2016
7	0000527-50.2012.5.04.0371	08.08.2016
8	0114200-02.2004.5.04.0371	10.08.2016
9	0000191-75.2014.5.04.0371	10.08.2016
10	0000210-81.2014.5.04.0371	10.08.2016
11	0000982-44.2014.5.04.0371	13.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.08.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho por parte da Unidade, sobretudo por meio da expedição de notificações, para a cobrança desses processos. A cobrança dos processos com cargas vencidas é semanal.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000311-21.2014.5.04.0371	11.07.2016
2	0000809-25.2011.5.04.0371	03.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.08.2016)

A Diretora informou que a cobrança dos processos em carga com peritos é feita por *e-mail* e que os peritos que costumavam atrasar a devolução dos processos foram excluídos do rol.

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	371-00302/16	0001176-49.2011.5.04.0371	14.06.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.08.2016)

Segundo a Diretora, poucas vezes é necessária a cobrança dos mandados aos Oficiais de Justiça.

8 EXAME DOS PROCESSOS



Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 29.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **241 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0004300-55.2002.5.04.0371
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 213v e 214v) (Art. 71 da CPCr). Movimentação Processual: demora no impulso processual: determinada expedição e cumprimento de mandado de penhora, em 13-4-2015 (fl. 234), a ordem somente foi cumprida em 28-5-2015 (fl. 238), o que configura demora no impulso processual.	
2	Processo nº 0000629-04.2014.5.04.0371
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
3	Processo nº 0000490-91.2010.5.04.0371
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
4	Processo nº 0083400-88.2004.5.04.0371
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
5	Processo nº 0000926-11.2014.5.04.0371
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
6	Processo nº 0050400-10.1998.5.04.0371
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
7	Processo nº 0001143-88.2013.5.04.0371
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão nos autos da publicação da sentença em secretaria, com data e horário da respectiva publicação, nos termos do art. 97 da CPCr. Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 167v não menciona o tipo peculiar de manifestação da parte (recurso ordinário) – Art. 101, parágrafo único da CPCr.	



Movimentação Processual: nada a apontar.	
8	Processo nº 0129000-26.1990.5.04.0371
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fls. 251-5 sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCR) Movimentação Processual: nada a apontar.	
9	Processo nº 0000882-31.2010.5.04.0371
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fls. 205-13 sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCR) Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 228v) (Art. 71 da CPCR). Movimentação Processual: nada a apontar.	
10	Processo nº 0000129-06.2012.5.04.0371
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Folhas em branco sem a correspondente inutilização (fls. 436v) (Art. 71 da CPCR). Movimentação Processual: nada a apontar.	

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 29.08.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0001499-83.2013.5.04.0371	0000222-95.2014.5.04.0371
Situação processual descrita apenas em andamento interno – Processos Exemplos:	
0001012-79.2014.5.04.0371	0001387-17.2013.5.04.0371
Ausência andamento de prazo – Processos Exemplos:	
0000890-71.2012.5.04.0004	
Demora no impulso processual ou registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0046400-54.2004.5.04.0371	0000236-16.2013.5.04.0371
Prazo indicado no sistema vencido – Processos Exemplos:	
0001283-59.2012.5.04.0371	0051100-30.1991.5.04.0371
Concluso para sentença em andamento interno – Processos Exemplos:	
0000670-68.2014.5.04.0371	0000756-39.2014.5.04.0371
0000945-17.2014.5.04.0371	0000671-53.2014.5.04.0371
Processo aguardando informação de Carta Precatória por prazo superior a 45 dias – Processos Exemplos:	



0001303-50.2012.5.04.0371

Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:

0000455-63.2012.5.04.0371

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, há liberação do depósito recursal quando há valor incontroverso, junto com a homologação dos cálculos.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

A partir da consulta ao BacenJud, quando negativo a Juíza Titular determina a intauração incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, nos termos dos artigos 133 a 137 do NCPC.

O Juiz Substituto, por sua vez, após a consulta ao BacenJud, aplica o disposto no artigo 880 da CLT e, usando do poder geral de cautela determina, no mesmo despacho, a citação dos sócios incluídos no polo e o bloqueio de valores.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 18.08.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 29.08.2016, ocasião em que o acervo processual da 1ª Vara do Trabalho de Sapiroanga contava com 1.043 processos na fase de conhecimento, 58 processos na fase de liquidação, 150 processos na fase de execução e 1.357 processos arquivados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	1
Processos com habilitações nos autos não lidas	13
Processos com petições não apreciadas	88 Mais antigo: 24.08.2016 0021161-62.2016.5.04.-371
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	11
Processos com audiências não designadas	6
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiências	2

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	Conhecimento 2016 mês 09 de 01 a 10	188	0020335-02.2016.5.04.-371	22.06.2016
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento Leonardo	142	0020712- 07.2015.5.04.0371	03.08.2016
Prazos vencidos	Conhecimento Leonardo	23	0020930- 35.2015.5.04.0371	13.08.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento Rodrigo	8	0020024- 11.2016.5.04.0371	25.08.2016
Preparar Comunicação	Conhecimento	11	Execução CartPrec 0020740-38.2016.5.04.-371	03.08.2016
Triagem Inicial	Conhecimento	4	0020832- 16.2016.5.04.0371	25.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência -Liq	Liquidação	7	0020753- 71.2015.5.04.0371	17.07.2016
Aguardando término dos prazos -Liq	Liquidação	30	0021038- 64.2015.5.04.0371	22.07.2016
Prazos vencidos	Liquidação	3	0020162- 12.2015.5.04.0371	10.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência	Execução 2016 mês 10 de 01 a 15	28	CartaPrec 0020137- 62.2016.5.04.0371	27.06.2016
Aguardando término dos prazos	Execução	64	CartaPrec0020680- 65.2016.5.04.0371	19.07.2016



Controle de Sobrestamento-Suspensão	Execução	2	CartaPrec 0020579-62.205.5.04.0371	18.03.2016
Prazos Vencidos	Execução	9	0020097-51.2014.5.04.0371	25.08.2016

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 10 e 11.08.2016:

1	Processo nº 0020939-94.2015.5.04.0371
<p>Fase: Conhecimento</p> <p>Movimentação Processual: demora no impulso processual – após a notificação da do reclamado, por Oficial de Justiça, para ciência da sentença em 15.01.2016 (ID bf05e4f), não é verificado impulso processual por iniciativa do Juízo quanto ao cumprimento da sentença. Não há audiência designada no processo.</p> <p>Processo na pasta de tarefa “Aguardando audiência” desde 18.02.2016.</p>	
2	Processo nº 0020456-30.2016.5.04.0371
<p>Fase: Conhecimento</p> <p>Movimentação processual: demora no impulso processual – após a apresentação de contestação pelo requerido acerca da ação de reintegração de posse e sobre o pedido de antecipação dos efeitos da tutela em 27.05.2016 (ID fd74612), não é verificada a conclusão do processo, conforme determinação preestabelecida no despacho proferido em 17.05.2016 (ID 4235938). Não há audiência designada no processo.</p> <p>Processo na pasta de tarefa “Aguardando audiência” desde 01.06.2016.</p>	
3	Processo nº 0020389-02.2015.5.04.0371
<p>Fase: Conhecimento</p> <p>Movimentação processual: demora no impulso processual entre o retorno dos autos do Tribunal em 19.05.2016 (ID 5fdda56) e impulso processual subsequente mediante decisão proferida em 16.06.2016 (ID a9456af) relativa ao início da fase de liquidação de sentença.</p>	
4	Processo nº 0020439-28.2015.5.04.0371
<p>Fase: Liquidação</p> <p>Movimentação Processual: demora no impulso processual – sentença proferida em 15.07.2016 (ID c76d18d), julgando extinta a execução e determinando a expedição de alvará com posterior ciência à reclamante. Após a expedição dos alvarás em benefício da reclamante e para recolhimento previdenciário em 19.07.2016 (7a31532), não foi efetivada a notificação para ciência segundo preestabelecido na referida sentença.</p> <p>Processo na pasta de tarefa “Preparar comunicação” desde 19.07.2016.</p>	
5	Processo nº 0020001-02.2015.5.04.0371
<p>Fase: Liquidação</p>	



Movimentação processual: demora no impulso processual entre vencimento do prazo em 14.03.2016 (ID 4d31941) para ciência da sentença pela 2ª reclamada e decisão subsequente, proferida em 24.05.2016 (ID a8e6e9a), determinando a notificação das partes para apresentação de cálculos de liquidação.

6 **Processo nº 0020231-41.2015.5.04.0372**

Fase: Conhecimento

Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo em 25.05.2016 (ID 219e89a) para ciência da sentença pela reclamada, notificada por Edital, não é verificado a efetivação do impulso processual subsequente.

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando término dos prazos – LEONARDO*” desde 26.05.2016.

7 **Processo nº 0020300-13.2014.5.04.0371**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual entre o despacho proferido em 04.05.2016 (ID bf6ad10), determinando a citação das reclamadas por edital e o respectivo cumprimento em 20.06.2016 (ID 7e97eca e 432a0a0)

8 **Processo nº 0021260-32.2015.5.04.0371**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** despacho proferido em 25.04.2016 (ID c73291b), determinando o lançamento de conta e subsequente citação da reclamada, com cumprimento respectivo verificado em 19.05.2016 (IDs 2921c28 e 0e85187). **2)** Extinta a execução por sentença em 07.06.2016 (ID f1f17f7), determinando a expedição de alvará em favor do reclamante, com cumprimento verificado em 12.07.2016 (ID 54bbf04).

9 **Processo nº 0021124-35.2015.5.04.0371**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual entre resultado da diligência relativa à inclusão de indisponibilidade de bens mediante o sistema CNIB em 09.06.2016 (ID fbe93dd) e efetivação da notificação direcionada ao reclamante em 12.07.2016 (ID f2b24b6) com a finalidade de indicar meio eficaz para o prosseguimento da execução.

10 **Processo nº 0020352-09.2014.5.04.037**

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** despacho proferido em 09.03.2016 (ID 2d2c3a2), determinando o bloqueio de valores mediante o convênio Bacenjud, com cumprimento verificado em 11.04.2016 (ID c32f191). **2)** Despacho proferido em 13.04.2016 (ID b264a0b), determinando a inclusão de estrição ao licenciamento de veículos da executada mediante a utilização do convênio RENAJUD, com cumprimento efetivado em 19.05.2016 (ID 4540dd1).

A organização do trabalho no PJe, é feita predominantemente por carteira; três servidores trabalham nesse modelo; dois fazem a execução; um faz os cumprimentos e apenas um servidor não atua no PJe, porque já tem tempo para ser aposentado.



No sistema PJe, as notificações são feitas de forma automática apenas se todas as reclamadas têm procurador cadastrado no sistema. A região, contudo, tem como particularidade a existência de várias reclamadas no polo passivo, muitas delas pequenos ateliês que são revéis e por isso não chegam a ter procuradores cadastrados. Como consequência, há muita demanda no cumprimento das notificações que, no geral, não são feitas de forma automática. Por esse motivo, a Vara tem uma pessoa que faz exclusivamente notificações e ofícios no PJe.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Consta na Ouvidoria deste TRT 01 expediente relativo à 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga durante o período correccionado (expediente 2276/2015).

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 1.001 a 1.500 processos por ano. O acervo processual da unidade vem se reduzindo desde o ano de 2014, principalmente nas fases de conhecimento e liquidação. Eram 3.795 processos tramitando em 31.12.2014 e 3.139 processos em 30.06.2016, redução de 17,28%. Esse expressivo decréscimo no número de processos em tramitação é altamente positivo, principalmente considerando que houve elevação nas varas de porte semelhante e no TRT como um todo.

No período correccionado, o prazo médio de tramitação do processo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença apresentou elevação, mas ainda é menor que o prazo médio das unidades similares e do TRT4. Também houve elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação e do prazo médio da fase de execução.

Na fase de conhecimento, constata-se que vem aumentando o número de processos pendentes de solução: eram 683 processos em 2014 e 772 no final de junho de 2016 (13,03%). Esse índice, porém, foi inferior tanto à média das unidades com tramitação processual similar quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período. Na fase de liquidação, o número de processos é pequeno se comparado às demais fases, mas também ele apresentou significativa redução: eram 197 processos em 31.12.2014 e 94 em 30.06.2016 (queda de 52,28%). Os dados do período de janeiro a junho de 2016 apontam queda de 28,79% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado melhor que a média regional no mesmo período, que recuou apenas 1,33%, o que sinaliza um maior esforço da Unidade em reduzir seu estoque de processos na fase de



execução, o que foi confirmado pela Diretora de Secretaria. Relatou a Diretora que esse resultado se deve à reunião dos processos de execução contra uma mesma reclamada. Segundo ela, a Unidade ainda tem muitas execuções e a grande maioria muito complicadas, principalmente pelo grande número de reclamadas no polo passivo e pelo fato da responsabilidade de cada uma ser limitada a períodos específicos em razão da duração dos contratos mantidos entre elas.

Houve aumento no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária em 2015 e no primeiro semestre de 2016, esse em índice superior à média das unidades similares e à média regional no período.

Quanto à pauta, os horários livres para as audiências de prosseguimento estão adequados: são inferiores a 180 dias.

Segundo a Diretora, praticamente todas as ações são incluídas em pauta, à exceção dos processos contra ente público distribuídos ao Juiz Titular, que determina contestação em secretaria. Há Portaria do Foro determinando que as ações sejam desmembradas quando versem também sobre matéria acidentária. Segundo a Diretora, tais ações correspondem, no máximo, a 15% do total do estoque de ações da Vara.

É elogiável o fato de não terem sido encontrados processos equivocadamente cadastrados junto ao BNDT.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade, o bom aproveitamento do espaço físico, a organização dos arquivos com processos físicos e a disposição das mesas.

A Vara teve sua lotação aumentada para 12 servidores a partir de janeiro de 2016 mas, na data da inspeção, não estava com o quadro completo (existiam duas vagas). A Diretora está preocupada em preencher as vagas existentes, ainda mais considerando que a Secretaria perderá um servidor ainda este ano – o qual passará a atuar como segundo assistente da Juíza Titular. Conta com o auxílio de uma estagiária, que atende balcão, ajuda no correio e no protocolo e está sendo ensinada a analisar processos. Não houve adesão à greve dos servidores no ano de 2015.

A atual diretora, Lídia Schneider da Silva, assumiu a unidade em 20.04.2016 e passou a priorizar os processos físicos em execução uma vez que os processos na fase de instrução estavam em dia e dependendo de questões alheias à vara (cartas precatórias, tradutores, vídeo conferência). Conseguiu reduzir o número de processos em execução em razão da reunião de processos e da transferência de reclamantes, procuradores e cálculos para o processo “mãe”, com o encerramento das execuções e o arquivamento dos processos secundários, sem dívida.

O trabalho na unidade é organizado de forma mista. Nos processos físicos, quem faz a minuta do despacho realiza os cumprimentos, à exceção da execução. No PJe, a distribuição do trabalho é feita predominantemente por carteira; três servidores trabalham nesse modelo: dois fazem a execução e um faz os cumprimentos. Apenas um servidor não atua no PJe, porque já tem tempo para se aposentar.

Relatou a diretora a dificuldade das notificações no sistema PJe porque as notificações são feitas de forma automática apenas se todas as reclamadas tiverem procurador cadastrado no sistema. A região, contudo, tem como



particularidade a existência de várias reclamadas no polo passivo, muitas delas pequenos ateliês que são revéis e por isso não chegam a ter procuradores cadastrados. Como consequência, há muita demanda no cumprimento das notificações que, no geral, não são feitas de forma automática. Por esse motivo, a Vara tem uma pessoa que faz exclusivamente notificações e ofícios no PJe.

A Diretora relatou que a Unidade está trabalhando com regime de Juiz lotado, o qual atende nas três Varas da comarca. Em função disto, muitas vezes são realizadas pautas duplas, ou seja, há audiências pela manhã e pela tarde. Ressaltou que, considerando a característica do Foro de ter muitas reclamadas no polo passivo, as audiências acabam por ser bem mais demoradas e, muitas vezes, atrasam a pauta como um todo, não sendo raro "emendar" as pautas. Afirmou ser inviável ter apenas uma pessoa na sala de audiências, pois, por vezes, esta pessoa sequer teria direito ao intervalo de almoço, começando o trabalho às 8h20 e terminando em torno de 18h ou mais. Afirmou que, até o momento, organiza a Secretaria de modo que uma servidora que detém FC2 seja a substituta da sala de audiências. Ou seja, em caso de necessidade, adoecimento ou férias, tenha quem realize as pautas. Ressaltou, entretanto, que, com a retirada das funções da Secretaria e um servidor a menos (pela criação do segundo assistente do Juiz), será quase impossível suprir esta necessidade. Destacou a importância de se criar mais uma FC3 no Foro, para alguém que secretarie as audiências do J2, acompanhando-o e dando as soluções e andamentos aos processos da pauta do Juiz Lotado, independentemente da Vara de atuação.

Os dados coletados previamente à correição por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria revelam bom nível de organização da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga, situação que foi confirmada durante a inspeção.

A Unidade merece ser parabenizada pelos resultados obtidos, pelo comprometimento e condução do trabalho pela Diretora de Secretaria Lídia Schneider da Silva, pelo engajamento dos servidores e pelo empenho dos Juízes em exercício na unidade.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos



solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

ITEM 9.1 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) como forma de evitar a ocorrência das situações observadas nos processos 0020939-94.2015.5.04.0371 e 0020456-30.2016.5.04.0371, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “*aguardando audiência*” com a finalidade de identificar possíveis processos que não possuam audiência designada e permaneçam na referida pasta;
- b) após o retorno dos autos do Tribunal, realize, com brevidade, o impulso processual mediante o despacho ou a decisão pertinente ao início da fase de liquidação de sentença;
- c) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido;
- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne ao lançamento da conta atualizada, citação do executado e utilização dos convênios Bacenjud e Renajud;
- e) transcorrido o prazo para manifestação das partes, realize, com a maior brevidade possível, a conclusão para o subsequente impulso processual por iniciativa do Juízo, em especial, nos processos que estão em fase de liquidação de sentença.

14 DETERMINAÇÕES



14.1. SECRETARIA

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);
- b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte);
- c) dê solução aos embargos de declaração formulado no processo n. 0020244-43.2015.5.04.0371;
- d) dê solução ao pedido de antecipação de tutela formulado no processo n. 0020079-59.2016.5.04.0371 e em todos os que se encontram na mesma situação, listados no item 3.6.
- e) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução opostos no processo n. 0117500-98.2006.5.04.0371;
- g) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à arrematação apresentados no processo n. 0054400-77.2003.5.04.0371;
- h) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo n. 0121300-71.2005.5.04.0371.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

ITEM 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR)



Determina-se a cobrança do mandado com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam certificadas nos autos as diligências efetuadas, bem como registrado no sistema informatizado a dilação do prazo para cumprimento.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCr. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência;
- b) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCr;
- c) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCr;
- d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCr;
- e) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne a efetivação dos atos de constrição patrimonial estabelecidos em fase de execução de ofício ou a pedido das partes.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 241 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:



- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como os de n. **0000222-95.2014.5.04.0371** e **0001499-83.2013.5.04.0371**, dentre outros;
- b) proceda o arquivamento do processo n. **0000455-63.2012.5.04.0371**, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº **0046400-54.2004.5.04.0371** e **0000236-16.2013.5.04.0371**, dentre outros;
- d) dê andamentos que possam ser visualizados pelas partes nos processos de n. **0001387-17.2013.5.04.0371** e **0001012-79.2014.5.04.0371**, dentre outros;
- e) dê andamento de processos conclusos para decisão ou sentença nos processos de nº **0000670-68.2014.5.04.0371**, **0000756-39.2014.5.04.0371**, **0000945-17.2014.5.04.0371** e **0000671-53.2014.5.04.0371**, dentre outros;
- f) dê andamento de prazo no processo n. **0000890-71.2012.5.04.0004**, dentre outros;
- g) atualize os registros de prazo nos processos como os de n. **0001283-59.2012.5.04.0371**, dentre outros;

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Na data de publicação do relatório não remanescem as pendências apontadas no item 6.9. Nada a determinar, portanto.

15 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

Solicita-se à SEGESP que informe acerca da viabilidade de designação de mais uma função comissionada para Secretário de Audiências no Foro de Sapiiranga (FC3) a fim de secretariar as audiências do Juiz Substituto lotado (J2), acompanhando-o nas três Varas do Foro, independentemente da Vara em que esteja lotado.

16 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.



17 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular Patrícia Helena Alves de Souza, com a Diretora de Secretaria Lidia Schneider da Silva e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapiroanga, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a às Unidades Judiciárias desse Foro. Ninguém compareceu.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Patrícia Helena Alves de Souza, pela Diretora de Secretaria Lidia Schneider da Silva e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional